ALUBAR METAIS E CABOS S.A. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COM RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE. 14 / 32

Demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado			Controladora		
	Original 31/12/2019	Ajustes	Ajustado 31/12/2019	Original 31/12/2019	Ajustes	Ajustado 31/12/2019
Receita líquida de vendas	1.252.743	175.551	1.428.294	1.251.768	175.551	1.427.319
Custo dos produtos vendidos	(1.094.215)	(19.127)	(1.113.342)	(1.092.954)	(19.126)	(1.112.080)
Lucro bruto	158.528	156.424	314.952	158.814	156.425	315.239
Despesas operacionais						
Despesas de vendas	(56.288)	(17.414)	(73.702)	(55.885)	(17.414)	(73.299)
Despesas administrativas e gerais	(60.078)	(2.487)	(62.565)	(59.121)	(2.487)	(61.608)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(679)	679	-	(679)	679	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	(2.535)	(2.535)
Outras receitas (despesas) operacionais	171.535	(168.369)	3.166	171.550	(168.518)	3.032
Total de despesas operacionais	54.490	(187.591)	(133.101)	55.865	(190.275)	(134.410)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	213.018	(31.167)	181.851	214.679	(33.850)	180.829
Receitas financeiras	10.478	-	10.478	10.182	-	10.182
Despesas financeiras	(63.435)	(180.141)	(243.576)	(62.112)	(180.141)	(242.253)
Resultado financeiro	(52.957)	(180.141)	(233.098)	(51.930)	(180.141)	(232.071)
Resultado antes dos impostos	160.061	(211.308)	(51.247)	162.749	(213.991)	(51.242)
Imposto de renda e contribuição social	(20.407)	23.227	2.820	(20.407)	23.227	2.820
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	139.654	(188.081)	(48.427)	142.342	(190.764)	(48.422)

	Consolidado			Controladora		
	Original 01/01/2019	Ajustes	Ajustado 01/01/2019	Original 01/01/2019	Ajustes	Ajustado 01/01/2019
Ativo circulante						
Outras contas a receber	6.149	(1.387)	4.762	6.119	(1.405)	4.714
Outros ativos não circulantes	387.788	-	387.788	376.469	-	376.469
Total do ativo circulante	393.937	(1.387)	392.550	382.588	(1.405)	381.183
Ativo não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	8.284	8.284	-	8.284	8.284
Outros ativos não circulantes	475.349	-	475.349	480.894	-	480.894
Total do ativo não circulante	475.349	8.284	483.633	480.894	8.284	489.178
Total do ativo	869.286	6.897	876.183	863.482	6.879	870.361
Passivo circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	10.245	48.474	58.719	10.245	48.474	58.719
Outros passivos circulantes	449.723	-	449.723	443.902	-	443.902
Total do passivo circulante	459.968	48.474	508.442	454.147	48.474	502.621
Passivo não circulante						
Instrumentos financeiros derivativos	-	15.423	15.423	-	15.423	15.423
Outros passivos não circulantes	176.759	-	176.759	176.759	-	176.759
Total do passivo não circulante	176.759	15.423	192.182	176.759	15.423	192.182
Patrimônio líquido						
Capital social	87.114	-	87.114	87.114	-	87.114
Reservas de lucros	145.461	(57.017)	88.444	145.462	(57.018)	88.444
	232.575	(57.017)	175.558	232.576	(57.018)	175.558
Participação de não controladores	(16)	17	1	-	-	-
Total do patrimônio líquido	232.559	(57.001)	175.559	232.576	(57.018)	175.558
Total do passivo e patrimônio líquido	869.286	6.897	876.183	863.482	6.879	870.361

a.1) Ajustes contábeis:

(i) Contabilização dos efeitos da avaliação dos instrumentos financeiros derivativos ao valor justo pelo resultado

A administração da Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no balanço de abertura em 1º de janeiro de 2019, os efeitos da mensuração de instrumentos financeiros derivativos, contratados para proteção contra o risco de contratos de compras previstas em moeda estrangeira, ao valor justo pelo resultado, em atendimento ao NBC TG 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

(ii) Contabilização do crédito fiscal oriundo de decisão judicial transitada em julgado - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins

Em 12 de junho de 2007, impetrou "MANDADO DE SEGURANÇA", datado de 30 de maio de 2007, protocolado sob o nº 2007.39.00.005037-9, em face da Delegada da Receita Federal em Belém - PA, objetivando, em síntese, o reconhecimento de seu direito de excluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") da base de cálculo das contribuições referentes ao Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins").

Em 25 de abril de 2019, houve o trânsito em julgado da sentença, julgando

procedentes os pedidos da Companhia por considerar inconstitucional a inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da Cofins, e reconhecendo o direito à compensação e/ou restituição dos valores indevidamente recolhidos, sob mesmo título, nos últimos cinco anos anteriores à propositura da ação, atualizados pela taxa SELIC. Considerando que a presente ação foi proposta em 12 de junho de 2007, e o Relator decidiu pela aplicabilidade do prazo quinquenal, a Companhia levantou os valores pagos a maior a partir de 12 de junho de 2002.

Nesse sentido, a Companhia reconheceu retroativamente ao exercício de 2019, o montante de R\$ 9.494, atualizados pela SELIC no período compreendido entre 2002 e 2019. Os referidos créditos foram levantados com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais de saída.

(i) Contabilização de provisões diversas

A administração da Companhia reconheceu as seguintes provisões em observância ao correto período de competência: (i) perdas esperadas em contas a receber no montante de R\$ 3.592; (ii) obsolescência de estoques de materiais no montante de R\$ 3.868; (iii) despesas com fretes no montante de R\$